

Nacional

INFLAÇÃO

Economia. Brasil

O custo do realinhamento

por Celso Pinto
de São Paulo

(Continuação da 1ª página)

Plano Cruzado, ou algo semelhante, é vista com ceticismo, dada a perda de credibilidade do governo. A alternativa da administração da inflação exigiria, na visão de economistas do banco, uma dura prova de austeridade.

O formato do Cruzado II e seus efeitos acabaram produzindo uma curiosa troca de posições no governo. Nas discussões que precederam o "pacote" de novembro, Francisco Lopes defendia um realinhamento geral de preços seguido de medidas fiscais duras e um congelamento. Na Fazenda, suas idéias eram vistas como irrealistas politicamente; alegava-se que levariam o governo Sarney a uma desestabilização ao enterrar o congelamento.

Hoje, com o congelamento virtualmente eliminado, mesmo sem a adoção da proposta de Lopes, a Fazenda defende um realinhamento rápido, acompanhado por uma articulação política que permita manter a taxa em patamares baixos depois de março. Lopes, ao contrário, alerta que a concentração de reajustes poderá gerar uma altíssima taxa de inflação inercial e comprometer o futuro. A melhor opção seria ordenar o realinhamento em vários meses, reindexar a economia e tentar administrar o processo.

No mais recente boletim mensal da Macrométrica, empresa de consultoria de Lopes, ele monta vários cenários alternativos para a inflação de 1987 e 1988, que ilustram bem os dilemas atuais do governo.

O boletim foi fechado com dados até 26 de dezembro. Um desses cenários é exatamente o do realinhamento geral em janeiro e fevereiro, seguido de um congelamento (com eliminação do "gatilho").

As hipóteses para o realinhamento são muito próximas ao exercício feito na semana passada. Ele acrescenta uma maxidesvalorização de 30%, a hipótese da eliminação do "gatilho", a correção dos salários pela média dos últimos seis meses sem repasse para os preços industriais, e um congelamento por quatro meses, seguido de uma política "flexível" de preços.

O cálculo do custo do realinhamento geral é estimado em 34,95% de inflação em janeiro e 14,44% em fevereiro, ou seja, um acumulado de 54,43%, muito próximo ao cálculo feito em Brasília na semana passada. A partir de março, contudo, a taxa mensal cairia para algo em torno

de 2% e o ano fecharia com 84%. Em 1988, supondo-se novos ajustes de tarifas e preços públicos na virada do ano, a inflação ficaria em apenas 18,74%.

O próprio Lopes, no boletim, diz que, além de ser este o melhor cenário, "representa a única solução lógica para a tática desastrosa de ajuste de demanda e financiamento do déficit público adotada no chamado Cruzado II". Apesar disso, ele adverte que "o único problema é que para reeditar mesmo uma versão mais tímida do Cruzado a equipe econômica precisaria de credibilidade que infelizmente perdeu com o Cruzado II".

Por essa razão, o boletim indica como mais prováveis dois outros cenários, onde o "gatilho" seria preservado. Num deles, chamado de "básico", onde os preços iriam sendo reajustados gradativamente, a inflação deste ano fecharia em 105% e a de 1988 em 132%. No segundo, onde seria mantido o valor real das tarifas e preços públicos através de reajustes trimestrais, a inflação subiria para 178% neste ano e para 168% no próximo.

Nestes dois casos, os reajustes serviriam apenas para realinhar os desajustes pós-Plano Cruzado, sem tentar compensar desajustes anteriores. Se a isso for somada uma recomposição do preço do aço acima do simples acerto do período do Cruzado, a inflação sobe para 225% em 1987; se for corrigido em 130% o preço da carne, a inflação fica em 135%; se ambos os reajustes foram concedidos, a taxa saltaria para 243%. Se, além da recomposição dos preços do aço e da carne o governo optasse por indexar trimestralmente os preços públicos, a inflação de 1987 chegaria a 287%, caindo para 252% no próximo ano.

Para completar o conjunto de oito cenários possíveis, Lopes acrescenta a hipótese, extremamente implausível, da simples eliminação do gatilho, acompanhada pelos realinhamentos gerais de preços previstos no cenário "básico". Neste caso, a inflação seria de apenas 56% neste ano e de 69% no próximo, mas acompanhada de uma forte perda de salários reais.

Lopes pode ter razão em relação às dificuldades de reeditar qualquer coisa aparentada com o Cruzado, dada a perda de credibilidade do governo. Mas, como seu próprio exercício mostra, a tentação de procurar costurar alguma alternativa deste tipo é enorme, em razão do alto custo de qualquer outra alternativa.